



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 306-A, DE 2017

(Do Sr. Hildo Rocha e outros)

Altera a redação do § 3º do art. 12 da Constituição Federal de 1988, para inserir no rol de cargos privativos de brasileiros natos o de Senador da República, de Governador e Vice-Governador e de Ministro das Relações Exteriores; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (relatora: DEP. SORAYA SANTOS).

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

SUMÁRIO

- I Proposta inicial
- II Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:
 - Parecer da relatora
 - Parecer da Comissão

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta Emenda Constitucional altera o § 3º do art. 12 da Constituição Federal, para incluir no rol de cargos privativos de brasileiros natos o de Senador da República, o de Governador e Vice-Governador de Estado e Ministro das Relações Exteriores.

Art. 2º O § 3º do art. 12 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12
§ 3°
II – de Senador da República;
VIII – de Governador e Vice-Governador de Estado;
X – Ministro das Relações Exteriores.
(NR)"

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, motivada pela proteção de interesses nacionais, reservou alguns dos altos e estratégicos cargos da República aos brasileiros natos.

É o que está estabelecido no § 3º do art. 12 da Constituição Federal de 1988, que enumerou, de forma exaustiva, o rol de cargos privativos de brasileiros natos. Nesse rol constam os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal, de oficial das Forças Armadas, da carreira diplomática e de

3

Ministro de Estado da Defesa (este acrescentado pela Emenda Constitucional nº 23,

de 1999).

Essa restrição configura uma importante exceção, uma vez que,

como regra, não deve haver distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo

nos casos estabelecidos na própria Carta da República. Para fixar tais exceções, o

legislador constituinte lançou mão de dois critérios: a linha sucessória ou de

substituição e a segurança nacional.

Em relação à linha sucessória - critério responsável pela presença

do Vice-Presidente da República, do Presidente da Câmara dos Deputados, do

Senado Federal e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal -, não temos qualquer

reparo a propor.

Por outro lado, em relação ao critério da segurança nacional, o

comando constitucional demanda aperfeiçoamentos. Propomos que não apenas o

Presidente do Senado Federal, mas todos os Senadores sejam brasileiros natos.

Além disso, os cargos de Governador e Vice-Governador também deverão passar a

ser privativos de brasileiros natos.

Vale lembrar que entre as competências privativas do Senado

Federal, consta a aprovação de chefes de missão diplomáticas, o que já revela, por

si só, a conexão do papel do Senado Federal com a segurança nacional e a defesa

dos interesses nacionais nas relações entre os Países. Nesse caso, não apenas o

cargo de Presidente do Senado deve ser privativo de brasileiros natos, mas o cargo

de Senador da República.

No que toca aos Estados-membros, a conexão entre a segurança

nacional é, da mesma forma, clara e manifesta, uma vez que onze Estados

brasileiros fazem fronteira com outros países. Quando em jogo a soberania nacional

e a integridade territorial do Brasil, nada mais razoável do que restringir o cargo de

Governador e seu Vice aos brasileiros natos.

O cargo de Ministro das Relações Exteriores, também,

inexplicavelmente, não consta do rol exaustivo do § 3º do art. 12. É mais do que

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_7696 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO 4

conveniente e oportuno inseri-lo, haja vista as mesmas razões de preservação do

interesse e soberania nacionais.

Do ponto de vista histórico-constitucional, vale deixar registrado que

a Carta de 1988 reduziu drasticamente o rol de cargos privativos de brasileiros

natos, em relação ao regime constitucional anterior, no qual constavam, além dos

atualmente previstos, também os de Ministros de Estado (todos), Senador e

Deputado Federal, Governador e Vice-Governador de Estados e de Embaixadores.

Trata-se, enfim, a presente proposição de uma proposta de Emenda

à Constituição (PEC) que busca ajustar o rol (exaustivo) de cargos privativos de

brasileiros natos aos critérios da linha de sucessão/substituição e de segurança

nacional, tal como outras Constituições já fizeram.

Certos de que estamos aperfeiçoando nossas instituições, sobretudo

quando em tela o tema da segurança e defesa da integridade territorial do País,

contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2017.

Deputado HILDO ROCHA

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_7696 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO



CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Página: 1 de 5

Proposição: PEC 0306/17

Autor da Proposição: HILDO ROCHA E OUTROS

Data de Apresentação: 21/03/2017

Ementa: Altera a redação do § 3º do art. 12 da Constituição Federal de 1988,

para inserir no rol de cargos privativos de brasileiros natos o de Senador da República, de Governador e Vice-Governador e de

Ministro das Relações Exteriores.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	200
Não Conferem	011
Fora do Exercício	001
Repetidas	049
Ilegíveis	001
Retiradas	000
Total	262

Confirmadas

ABEL MESQUITA JR.	DEM	RR
,,	• •	CE
	PTB	PE
ADELSON BARRETO	PR	SE
ADEMIR CAMILO	PTN	MG
ADILTON SACHETTI	PSB	MT
AFONSO MOTTA	PDT	RS
ALBERTO FILHO	PMDB	MA
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS
ALEX CANZIANI	PTB	PR
ALEXANDRE BALDY	PTN	GO
ALEXANDRE LEITE	DEM	SP
ALEXANDRE VALLE	PR	RJ
ALFREDO KAEFER	PSL	PR
ANDRÉ AMARAL	PMDB	PB
ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
ANDRÉ FUFUCA	PP	MA
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
ANTONIO BULHÕES	PRB	SP
ANTÔNIO JÁCOME	PTN	RN
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP
ARTHUR LIRA	PP	AL
	ADAIL CARNEIRO ADALBERTO CAVALCANTI ADELSON BARRETO ADEMIR CAMILO ADILTON SACHETTI AFONSO MOTTA ALBERTO FILHO ALCEU MOREIRA ALEX CANZIANI ALEXANDRE BALDY ALEXANDRE LEITE ALEXANDRE VALLE ALFREDO KAEFER ANDRÉ AMARAL ANDRÉ FIGUEIREDO ANDRÉ FUFUCA ANÍBAL GOMES ANTÔNIO JÁCOME ARNALDO FARIA DE SÁ	ADAIL CARNEIRO ADALBERTO CAVALCANTI ADELSON BARRETO ADEMIR CAMILO ADILTON SACHETTI AFONSO MOTTA ALBERTO FILHO ALCEU MOREIRA ALEX CANZIANI ALEXANDRE BALDY ALEXANDRE LEITE ALEXANDRE VALLE ALFREDO KAEFER ANDRÉ AMARAL ANDRÉ FIGUEIREDO ANDRÉ FUFUCA ANÍBAL GOMES ANTÔNIO JÁCOME ARNALDO FARIA DE SÁ PTB

23	ASSIS CARVALHO	PT	ΡI
24	ÁTILA LINS	PSD	AM
25	ÁTILA LIRA	PSB	PI
26	AUGUSTO CARVALHO	SD	DF
27	AUREO	SD	RJ
28	BACELAR	PTN	BA
29	BENEDITA DA SILVA	PT	RJ
30		PTB	BA
31	BENJAMIN MARANHÃO	SD	PB
32	BETO MANSUR	PRB	SP
33	BETO SALAME	PP	PA
34	BILAC PINTO	PR	MG
35	CABO DACIOLO	PTdoB	RJ
36		PR	CE
37		PMDB	AP
38	CAETANO	PT	BA
39	CAIO NARCIO	PSDB	MG
40	CAJAR NARDES	PR	RS
41	CAPITÃO AUGUSTO	PR	SP
42	CARLOS ANDRADE	PHS	RR
43		PRB	RS
44		SD	ES
45	CARLOS MARUN	PMDB	MS
46	CARLOS MELLES	DEM	MG
47	CARMEN ZANOTTO	PPS	SC
48	CÉLIO SILVEIRA	PSDB	GO
49	CELSO JACOB	PMDB	RJ
50	CELSO MALDANER	PMDB	SC
51	CELSO PANSERA	PMDB	RJ
52	CHRISTIANE DE SOUZA YARED	PR	PR
53	CÍCERO ALMEIDA	PMDB	AL
54	CLAUDIO CAJADO	DEM	ВА
55	DAGOBERTO NOGUEIRA	PDT	MS
56	~	PDT	РΒ
57		PCdoB	ВА
58	DANIEL COELHO	PSDB	PΕ
59	DANIEL VILELA	PMDB	GO
60	DELEGADO ÉDER MAURO	PSD	PA
61	DELEGADO EDSON MOREIRA	PR	MG
62	DELEGADO FRANCISCHINI	SD	PR
63	DELEGADO WALDIR	PR	GO
64	DIEGO GARCIA	PHS	PR
65	DOMINGOS NETO	PSD	CE
66	DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG
67	DR. JORGE SILVA	PHS	ES
68	DR. SINVAL MALHEIROS	PTN	SP
69	EDIO LOPES	PR	RR
70	EDMAR ARRUDA	PSD	PR
71	EDUARDO DA FONTE	PP	PE

72	EFRAIM FILHO	DEM	РВ
73	ELI CORRÊA FILHO	DEM	SP
74	ELIZEU DIONIZIO	PSDB	MS
75	ELMAR NASCIMENTO	DEM	ВА
76	ENIO VERRI	PT	PR
77	EVAIR VIEIRA DE MELO	PV	ES
78	EVANDRO ROMAN	PSD	PR
79	EXPEDITO NETTO	PSD	RO
80	EZEQUIEL FONSECA	PP	MT
81	EZEQUIEL TEIXEIRA	PTN	RJ
82	FÁBIO MITIDIERI	PSD	SE
83	FÁBIO SOUSA	PSDB	GO
84	FAUSTO PINATO	PP	SP
85	FELIPE MAIA	DEM	RN
86	FLÁVIA MORAIS	PDT	GO
87	FRANCISCO CHAPADINHA	PTN	PA
88	FRANCISCO FLORIANO	DEM	RJ
89	FRANKLIN LIMA	PP	MG
90	GENECIAS NORONHA	SD	CE
91	GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SP
92	GIUSEPPE VECCI	PSDB	GO
93	GIVALDO VIEIRA	PT	ES
94	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
95	HERÁCLITO FORTES	PSB	PΙ
96	HEULER CRUVINEL	PSD	GO
97	HILDO ROCHA	PMDB	MA
98	HIRAN GONÇALVES	PP	RR
99	HUGO LEAL	PSB	RJ
	IZALCI LUCAS	PSDB	DF
	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ
	JOÃO ARRUDA	PMDB	PR
	JOÃO MARCELO SOUZA	PMDB	MA
	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS
	JOSÉ NUNES	PSD	BA
	JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA
	JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA
	JÚLIA MARINHO	PSC	PA
	JÚLIO CESAR	PSD	PI
	JÚLIO DELGADO	PSB	MG
	LAUDIVIO CARVALHO	SD	MG
	LAURA CARNEIRO	PMDB	RJ
_	LEANDRE	PV	PR
	LELO COIMBRA	PMDB	ES
	LEONARDO QUINTÃO	PMDB	MG
	LEÔNIDAS CRISTINO LEOPOLDO MEYER	PDT	CE
	LUANA COSTA	PSB PSB	PR MA
	LUIZ CARLOS HAULY	PSB PSDB	MA PR
	LUIZ CARLOS HAULY LUIZ CARLOS RAMOS	PTN	RJ
120	LUIZ GARLOS RAIVIOS	FIIN	ΝJ

121	LUIZ NISHIMORI	PR	PR
122	LUIZIANNE LINS	PT	CE
123	MACEDO	PP	CE
124	MAGDA MOFATTO	PR	GO
125	MARCELO CASTRO	PMDB	PΙ
126	MARCELO DELAROLI	PR	RJ
127	MARCIO ALVINO	PR	SP
128	MARCO MAIA	PT	RS
129	MARCOS ROGÉRIO	DEM	RO
130	MARCUS PESTANA	PSDB	MG
131	MARCUS VICENTE	PP	ES
132	MARIA HELENA	PSB	RR
	MAURO LOPES	PMDB	MG
	MAURO PEREIRA	PMDB	RS
	MIGUEL LOMBARDI	PR	SP
	MISAEL VARELLA	DEM	MG
	MOSES RODRIGUES	PMDB	CE
	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
	NILSON PINTO	PSDB	PA
	NILTO TATTO	PT	SP
	NILTON CAPIXABA	PTB	RO
	NORMA AYUB	DEM	ES
	ONYX LORENZONI	DEM	RS
	ORLANDO SILVA	PCdoB	SP
	PASTOR EURICO		PE
		PHS PRB	BA
	PASTOR LUCIANO BRAGA		
	PAULO AZI	DEM	BA
	PAULO FEIJÓ	PR	RJ
	PAULO FREIRE	PR	SP
	PAULO MALUF	PP	SP
	PEDRO VILELA	PSDB	AL
	POLLYANA GAMA	PPS	SP
	PROFESSORA MARCIVANIA	PCdoB	AP
	RAFAEL MOTTA	PSB	RN
	RAQUEL MUNIZ	PSD	MG
	REGINALDO LOPES	PT	MG
	REMÍDIO MONAI	PR	RR
	RICARDO IZAR	PP	SP
	RICARDO TEOBALDO	PTN	PE
160	ROBERTO ALVES	PRB	SP
161	ROBERTO DE LUCENA	PV	SP
162	ROBERTO SALES	PRB	RJ
163	ROCHA	PSDB	AC
164	RODRIGO MARTINS	PSB	PΙ
165	ROGÉRIO ROSSO	PSD	DF
166	RÔMULO GOUVEIA	PSD	PB
167	RONALDO FONSECA	PROS	DF
168	ROSANGELA GOMES	PRB	RJ
169	ROSINHA DA ADEFAL	PTdoB	AL

170	RUBENS OTONI	PT	GO
171	RUBENS PEREIRA JÚNIOR	PCdoB	MA
172	SÉRGIO BRITO	PSD	BA
173	SÉRGIO REIS	PRB	SP
174	SERGIO SOUZA	PMDB	PR
175	SERGIO ZVEITER	PMDB	RJ
176	SEVERINO NINHO	PSB	PΕ
177	SHÉRIDAN	PSDB	RR
178	SILAS FREIRE	PR	PΙ
179	SILVIO TORRES	PSDB	SP
180	SORAYA SANTOS	PMDB	RJ
181	SÓSTENES CAVALCANTE	DEM	RJ
182	TENENTE LÚCIO	PSB	MG
183	TEREZA CRISTINA	PSB	MS
184	TONINHO PINHEIRO	PP	MG
185	ULDURICO JUNIOR	PV	BA
186	VAIDON OLIVEIRA	DEM	CE
187	VALADARES FILHO	PSB	SE
188	VALDIR COLATTO	PMDB	SC
189	VALMIR ASSUNÇÃO	PT	BA
190	VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PMDB	PB
191	VICTOR MENDES	PSD	MA
192	VINICIUS CARVALHO	PRB	SP
	WALDENOR PEREIRA	PT	BA
194	WALDIR MARANHÃO	PP	MA
195	WALTER ALVES	PMDB	RN
196	WALTER IHOSHI	PSD	SP
197	WELLINGTON ROBERTO	PR	PB
198	WILSON BESERRA	PMDB	RJ
199	ZÉ GERALDO	PT	PΑ
200	ZÉ SILVA	SD	MG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

.....

CAPÍTULO III DA NACIONALIDADE

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)
 - II naturalizados:
- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)
- § 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos

previstos nesta Constituição. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

- § 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.
 - § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:
 - I de Presidente e Vice-Presidente da República;
 - II de Presidente da Câmara dos Deputados;
 - III de Presidente do Senado Federal;
 - IV de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
 - V da carreira diplomática;
 - VI de oficial das Forças Armadas;
- VII de Ministro de Estado da Defesa. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)
 - § 4º Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:
- I tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;
- II adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)
- a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)
- b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis; (*Alínea acrescida pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994*)
- Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil. § 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais. § 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 23, DE 2 DE SETEMBRO 1999

Altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102, e 105 da Constituição Federal (criação do Ministério da Defesa).

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.12	
§3°	
	"

"VII - de Ministro de Estado da Defesa."

"
"Art. 52"
"I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; "(NR)
"Art.84"
XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; "(NR)""
"Art.91".
"V - O Ministro de Estado da Defesa; "(NR)
"VIII - os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. " ""
"Art. 102
I"
"c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os Chefes de missão diplomática de caráter permanente; "(NR)
"Art. 105
I

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de setembro de 1999.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado MICHEL TEMER

Presidente

Deputado HERÁCLITO FORTES

1° Vice-Presidente

Deputado SEVERINO CAVALCANTI

2º Vice-Presidente

Deputado UBIRATAN AGUIAR

1º Secretário

Deputado NELSON TRAD

2º Secretário

Deputado JAQUES WAGNER

3º Secretário

Deputado EFRAIM MORAIS

4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

Senador GERALDO MELO

1º Vice-Presidente

Senador ADEMIR ANDRADE

2º Vice-Presidente

Senador CARLOS PATROCÍNIO

2º Secretário no exercício da 1º Secretaria

Senador NABOR JÚNIOR

3º Secretário

Senador CASILDO MALDANER

4º Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – RELATÓRIO

A proposta de emenda à Constituição em epígrafe, cujo primeiro signatário é o Deputado HILDO ROCHA, pretende alterar a redação do § 3º do art. 12 da Constituição Federal de 1988, para inserir no rol de cargos privativos de brasileiros natos o de Senador da República, de Governador e Vice-Governador e de Ministro das Relações Exteriores.

Segundo o autor da proposição, a presente proposição "busca ajustar o rol (exaustivo) de cargos privativos de brasileiros natos aos critérios da

14

linha de sucessão/substituição e de segurança nacional, tal como outras

Constituições já fizeram".

Segundo a justificação, a inclusão pretendida reforça o critério

"segurança nacional", utilizado pela Constituição Federal para definir os cargos

privativos de brasileiros natos.

Como justificativa para o cargo de senador, o autor alega que,

"entre as competências privativas do Senado Federal, consta a aprovação de chefes

de missão diplomáticas, o que já revela, por si só, a conexão do papel do Senado

Federal com a segurança nacional e a defesa dos interesses nacionais nas relações

entre os Países".

Já para o cargo de Governador e Vice-governador de Estado,

o autor defende que, "no que toca aos Estados-membros, a conexão entre a

segurança nacional é, da mesma forma, clara e manifesta, uma vez que onze

Estados brasileiros fazem fronteira com outros países. Quando em jogo a soberania

nacional e a integridade territorial do Brasil, nada mais razoável do que restringir o

cargo de Governador e seu Vice aos brasileiros natos".

Já para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, o autor

alega que é mais do que conveniente e oportuno inseri-lo, haja vista as mesmas

razões de preservação do interesse e soberania nacionais.

Não existem proposições apensadas.

A Secretaria-Geral da Mesa notícia nos autos a existência de

número suficiente de signatários da proposição em análise.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Nos termos art. 32, IV, b, c/c o art. 202, do Regimento Interno,

cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar

sobre a admissibilidade da matéria.

Quanto à admissibilidade formal, constato que a proposição foi

legitimamente apresentada, com o número de subscrições suficientes, conforme

atesta a Secretaria-Geral da Mesa. De outra parte, não há qualquer óbice

circunstancial que impeça a regular tramitação da proposição, uma vez que o País

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_7696 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO se encontra em plena normalidade político institucional, não estando em vigor intervenção federal, estado de defesa, ou estado de sítio.

De igual sorte, a admissibilidade material não aponta qualquer impedimento ao curso da matéria, pois não há ameaça às cláusulas pétreas consagradas no § 4º do art. 60 da Constituição Federal, ou seja, não há tendência à abolição da forma federativa do Estado; do voto direto, secreto, universal e periódico; da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

Quanto à técnica legislativa, há que se reconhecer que a proposição não afronta os preceitos da Lei Complementar nº 95/98, nem os da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42).

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto no sentido da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 306, de 2017.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 2017.

Deputada SORAYA SANTOS

Relatora

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 306/2017, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Soraya Santos, contra os votos dos Deputados Rubens Pereira Júnior, Jorginho Mello e Chico Alencar.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Rodrigo Pacheco - Presidente, Alceu Moreira e Marcos Rogério - Vice-Presidentes, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Bezerra, Carlos Henrique Gaguim, Chico Alencar, Cristiane Brasil, Danilo Forte, Delegado Waldir, Edio Lopes, Elizeu Dionizio, Esperidião Amin, Expedito Netto, Félix Mendonça Júnior, Genecias Noronha, Hissa Abrahão, Jorginho Mello, José Carlos Aleluia, Júlio Delgado, Juscelino Filho, Jutahy Junior, Lincoln Portela, Luiz Couto, Luiz Fernando Faria, Major Olimpio, Marcelo Aro, Marcelo Delaroli, Marco Maia, Maria do Rosário, Patrus Ananias, Paulo Abi-Ackel, Paulo Teixeira, Rocha, Rocha Loures, Ronaldo Fonseca, Rubens Bueno, Rubens Pereira Júnior, Silvio Torres, Soraya Santos, Thiago Peixoto, Valmir Prascidelli, Wadih Damous, Bacelar, Célio Silveira, Celso Maldaner, Cícero Almeida, Covatti Filho, Delegado Edson Moreira, Fábio Mitidieri, Gabriel Guimarães, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jerônimo Goergen, João Fernando Coutinho, Jones Martins, Onyx

Lorenzoni, Pastor Eurico, Pedro Cunha Lima, Reginaldo Lopes, Rogério Peninha Mendonça e Vitor Valim.

Sala da Comissão, em 9 de maio de 2017.

Deputado RODRIGO PACHECO Presidente

I DO	DO	CII	MEN	JTO
			IVIT	